



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

DJANE DA SILVA

**BIBLIOTECA ESCOLAR E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA):** revisão sistemática de literatura

São Luís
2023

DJANE DA SILVA

**BIBLIOTECA ESCOLAR E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA):** revisão sistemática de literatura

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Maranhão para obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Ma. Maria Cléa Nunes

São Luís
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Djane da.
BIBLIOTECA ESCOLAR E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA TEA : revisão sistemática
de literatura / Djane da Silva. - 2023.
45 f.

Orientador(a): Maria Cléa Nunes.
Monografia (Graduação) - Curso de Biblioteconomia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2023.

1. Autismo. 2. Biblioteca escolar. 3. Inclusão. 4.
Práticas de leitura. 5. Revisão sistemática. I. Nunes,
Maria Cléa. II. Título.

DJANE DA SILVA

**BIBLIOTECA ESCOLAR E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA):** revisão sistemática de literatura

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Maranhão para obtenção do grau de
Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Ma. Maria Cléa Nunes

Aprovada em: 27/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Maria Cléa Nunes (Orientadora)
Mestrado em Educação - UFMA
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a Dra. Jaciara Januário da Silva
Doutorado em Multimédia em Educação- AVEIRO
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^o Me Márcia Cordeiro Costa
Mestrado em Educação – UFMA
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Dedico a minha querida mãe Angelazita, carinhosamente chamada de Ivette (in memoriam), ela que nunca desistiu de mim, me incentivando sempre a correr atrás dos meus sonhos e proporcionando todos os meios possíveis para que estes fossem realizados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me guiado até aqui. Por me fortalecer e abençoar com inspiração para desenvolver este trabalho.

Agradeço à minha mãe (in memoriam) por, em toda minha infância, ter me dado mais livros que brinquedos, fazendo com que eu tivesse contato e adquirisse o gosto pela leitura.

Agradeço à professora Cléa Nunes, pela oportunidade de me orientar neste trabalho, acreditando que eu daria conta de produzi-lo com excelência.

Agradeço à minha família: os irmãos, Ribamar Wesley, Romário da Silva, Carlos Henrique e Alissom Tafarel, meus tios e tias, primos e primas, minha avó dona Zita, estes que acompanharam minha luta, apoiando-me e torcendo por mim durante toda essa jornada.

Em especial, agradeço ao meu marido, Selton Castro, que esteve ao meu lado sempre com palavras de incentivo, cuidando de mim e do nosso filho, Ravi, provendo todos os meios para que eu pudesse, com tranquilidade, escrever meu TCC. Obrigada por nunca soltar a minha mão e por me dar colo quando o cansaço me cobria.

Agradeço também à minha melhor amiga, irmã, comadre, Ana Luiza. Ela que vibra com as minhas vitórias e chora comigo nas minhas derrotas. Ela que há 20 anos se faz presente em todas as realizações da minha vida. Gratidão por ser a “minha pessoa”.

Agradeço aos professores do curso de Biblioteconomia pelos ensinamentos que me fizeram chegar até o fim dessa jornada. E a Universidade Federal do Maranhão, que, apesar de todas as adversidades, nos oferece um ensino superior de qualidade.

Aos meus amigos de curso, Erika Jordana, Lucas Nogueira, Thairine Nascimento, Wesley Garcês e Isabela Silva, que, desde o início, foram mais que suporte emocional, foram risos, abraços e ombro amigo.

Agradeço imensamente à minha querida atlética Alexandria e à seleção de futebol feminino da UFMA, por terem sido minha terapia e minha válvula de escape durante a graduação.

Por fim, agradeço ao meu filho Raví, que foi a maior motivação nessa reta final, pois, quando estava desanimada, bastava olhar para ele e, com seu lindo sorriso, recarregava todas as minhas forças.

“Às vezes eu sinto que nós focamos tanto nas dificuldades que esquecemos de celebrar as nossas realizações”

(Sam Gardner - Atypical)

RESUMO

Análise da revisão sistemática da literatura sobre as ações realizadas nas bibliotecas escolares, para a inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) bem como as contribuições do profissional de Biblioteconomia nesses ambientes para a inclusão desse sujeito nas rotinas escolares e na sociedade, por meio das práticas de leitura. A pesquisa delineou como objetivo: mapear as literaturas publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na base de dados da SCIELO, entre os períodos de 2010 a 2023, para averiguar a existência de publicações que apresentam em seu escopo, ações desenvolvidas para a inclusão de crianças com TEA, pelas bibliotecas e bibliotecários escolares, a partir das práticas de incentivo à leitura na educação infantil e ensino fundamental. Buscou também averiguar de que maneira se dá a participação desse profissional no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. Como Metodologia, o estudo realizou a pesquisa bibliográfica no intuito de entender o sujeito autista, suas dificuldades e necessidades no ambiente escolar, assim como estudos sobre ações já realizadas em bibliotecas escolares envolvendo esse sujeito. Também foi realizada a revisão sistemática de literatura com busca e mineração de assunto nas bases de dados BDTD/IBICT e SCIELO, se utilizando de critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos, a fim de mapear e analisar as produções científicas entre os anos de 2010 e 2023 relativo à temática em questão. Este estudo concluiu que a ausência de publicações sobre o tema nos permite sugerir ações na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação que deem visibilidade às pesquisas científicas sobre biblioteca escolar no sentido de contribuir futuramente com esses ambientes de socialização e inclusão do sujeito autistas.

Palavras-chave: Revisão Sistemática; Autismo; Inclusão; Biblioteca Escolar; Bibliotecário Escolar; Práticas de Leitura.

ABSTRACT

Analysis of the systematic literature review on actions carried out in school libraries to include children with Autism Spectrum Disorder (ASD). As well as the contributions of the Librarianship professional in these environments to the inclusion of this subject in school routines and in society, through reading practices. The objective of the research was to: map the literature published in the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and in the SCIELO database, between the periods of 2010 and 2023, to ascertain the existence of publications that present in their scope, actions developed for the inclusion of children with ASD, by school libraries and librarians, based on practices to encourage reading in early childhood and elementary education. It also sought to find out how this professional participates in the institution's Political-Pedagogical Project (PPP). As Methodology, the study carried out bibliographical research in order to understand the autistic subject, his difficulties and needs in the school environment, as well as studies on actions already carried out in school libraries involving this subject, a systematic literature review was also carried out with search and mining subject in the BDTD/IBICT and SCIELO databases, using pre-established inclusion and exclusion criteria, in order to map and analyze scientific productions between the years 2010 and 2023 relating to the topic in question. This study concluded that the absence of publications on the topic allows us to suggest actions in the area of Library Science and Information Science that give visibility to scientific research on school libraries in order to contribute in the future to these socialization and inclusion environments for autistic subjects.

Keywords: Systematic Review; Autism; Inclusion; School Library; Reading Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 -	Recursos relacionados à tecnologia e às infraestruturas disponíveis nas escolas de educação infantil – Maranhão – 2021.....	37
------------	---	----

QUADROS

Quadro 1 -	Etapas da educação básica.....	23
Quadro 2 -	Dimensões de acessibilidade.....	27
Quadro 3 -	Critérios para diagnóstico do autismo.....	30
Quadro 4 -	Classificação dos níveis de autismo.....	31
Quadro 5 -	Critérios de inclusão e exclusão.....	34
Quadro 6 -	Lista dos descritores e publicações encontrados na BDTD/IBICT.....	35
Quadro 7 -	Lista dos descritores e publicações encontrados na Scielo.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CCSO	Centro de Ciências Sociais
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
DACES	Diretoria de Acessibilidade
DEED	Diretoria de Estatísticas Educacionais
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NRB	Norma Técnica Brasileira
PPP	Projeto Político Pedagógico
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 BIBLIOTECA ESCOLAR: concepções, funções do bibliotecário e aspectos legais.	17
2.1 Funções e Responsabilidades do Bibliotecário	19
2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....	23
2.3 Base Nacional de Comum Curricular	24
2.4 Projeto Político Pedagógico (PPP)	25
3 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: o transtorno do espectro autista	26
3.1 Autismo	27
4 METODOLOGIA	31
4.1 Critérios para seleção da base e percurso utilizado para a realização da Revisão Sistemática.....	32
5 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR E AS PRÁTICAS DE LEITURAS DOS ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: análise, discussões e resultados	35
6 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), comumente denominado de Autismo, é um tema que tem suscitado muitos questionamentos e intrigado famílias, pesquisadores, médicos e educadores de uma forma geral. O Transtorno do Espectro Autista trata-se de uma síndrome intrigante, complexa e que, apesar dos avanços nos estudos e pesquisas sobre a temática, precisa ainda de respostas.

Na visão de Oliveira (2020), “um dos maiores desafios da atualidade é proporcionar uma educação para todos, sem distinções, além de assegurar um trabalho educativo organizado e adaptado para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos”. Isto significa dizer que quando a criança com TEA vai para escola, o seu tratamento cede lugar a educação, e essa precisa ser desenvolvida de forma que aquele ambiente se torne natural para eles, onde o objetivo não seja apenas que todos os alunos estejam presentes no mesmo local, mas que participem, sejam aceitos e aprendam (Semensato; Bosa, 2014, p. 19).

Pessoas com autismo possuem traços que as diferem de pessoas sem TEA, características como incapacidade de se relacionarem com outras pessoas, distúrbios de linguagem, resistência ao aprendizado e não aceitação de mudanças de rotina (Silva, 2017, p.2). O que não significa dizer que são apáticas, pode-se dizer que suas emoções apenas não se manifestam de maneira convencional, se comparadas às demais. E o bibliotecário, enquanto agente integrador do conhecimento, deve contribuir, em parceria com o corpo pedagógico, no desenvolvimento de práticas que auxiliem a mediação entre essas crianças e os demais participantes do convívio escolar, pois, segundo Nunes (2015, p.15), “a mediação é um elemento fundamental no processo que pode levar alguém a aprender, a adquirir conhecimentos e a interagir de modo mais consciente em sua comunidade e na sociedade em que habita.

Neste contexto, a pesquisa intitulada “*BIBLIOTECA ESCOLAR E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): revisão sistemática de literatura*” teve como propósito verificar o que se tem produzido no meio científico a respeito das práticas de leitura no âmbito das bibliotecas escolares para inclusão de pessoas com TEA, além de buscar conceitos sobre a temática proposta e também trazer discussões acerca das contribuições do profissional de Biblioteconomia, dentro das bibliotecas escolares, envolvendo a mediação da leitura e a ludicidade, para que este

público não apenas seja integrado nas rotinas escolares, mas que tais ações possam ajudar em sua inclusão na sociedade como um todo.

O interesse pela temática surgiu devido a uma experiência em uma atividade de leitura na disciplina Leitura e Formação de Leitores, enquanto monitora da disciplina e participante do projeto “Semana de Monteiro Lobato”.

Tal atividade foi realizada em uma escola pública da área Itaquí Bacanga, onde se percebeu, durante a realização das oficinas, que as crianças com TEA, se isolavam dos demais participantes. Essa percepção instigou alguns questionamentos sobre como essas crianças são assistidas e incluídas nas atividades das bibliotecas escolares e quais as ações desenvolvidas para que as crianças com o Espectro interajam e socializem com as demais crianças, uma vez que

[...] O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. (DSM 5, 2014, p. 31).

Ao realizar a pesquisa bibliográfica sobre as temáticas do autismo, inclusão, e o papel social do bibliotecário nesse contexto, identificou-se a escassez de pesquisas principalmente na área biblioteconômica, em que se pode observar esses indivíduos nos espaços de práticas e mediação de leitura. No entanto, ficam mais evidentes as pesquisas que envolvem os estudos comportamentais desse público-alvo na área pedagógica ou psiquiátrica, o que despertou e ampliou a visão sobre a necessidade de discutir o papel do bibliotecário na inclusão das crianças com TEA, levando em consideração que em muitos desses espaços não é o bibliotecário que atua na biblioteca escolar.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as escolas deveriam acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Então, ao se pensar sobre o processo de inclusão, a escola é o primeiro contato social da criança depois da família, por isso é uma possibilidade de conhecer pessoas diferentes em suas diversas peculiaridades.

Para Silva (2022),

[...] a escola, está inserida num contexto diversificado um local que reúne diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores que é permeado por conflitos, problemas e diferenças. E é nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que acontece o desenvolvimento da criança. A escola precisa propiciar um ambiente multicultural que possibilite a construção de laços afetivos.

Neste contexto, a biblioteca escolar é, ou pelo menos deveria ser, parte integrante desse processo. Desse modo, a preocupação com a falta de interação entre escola e biblioteca é destacado nas palavras de Sanches Neto citado por Hillesheim e Fachin (1999, p.66): “a biblioteca é encarada como um anexo da escola, quando na verdade, ela deveria ser sua alma”. No entanto, para que isso se concretize na prática, é necessário que o profissional bibliotecário esteja presente não apenas como mediador: escola x biblioteca, mas como agente participativo de todo o planejamento pedagógico, conforme Alves (2017, p. 17), quando diz que “dessa forma, o bibliotecário escolar tem uma função primordial [...] qualificando seu papel de também educador, junto ao corpo escolar”.

Muito embora, em termos legais, alguns avanços possam ser notados, Cunha (2015) destaca a necessidade de pesquisas que abordem direta ou indiretamente o desenvolvimento do aluno com autismo no ambiente escolar, pois essa carência de pesquisas brasileiras e programas sociais voltados para pessoas com TEA faz com que mitos e crenças sejam alimentados pelo desconhecimento da população, dificultando a inclusão desse público no convívio social, principalmente no ambiente escolar.

O bibliotecário escolar, como educador¹, tem a grande missão de incluir esses alunos nas atividades desenvolvidas pela biblioteca. Portanto, o desafio de se reinventar e buscar estratégias que alcance esse público é complexo a depender do nível do diagnóstico.

[...] se a função do bibliotecário enquanto educador na biblioteca escolar é desafiadora, quando entramos no âmbito da inclusão de alunos com TEA ela é ainda maior, pois estendemos a responsabilidade social, onde o mesmo deve estar a par das leis que regem e dão direcionamento para alunos com necessidades especiais. É, portanto, importante que os profissionais desenvolvam uma mente crítica, estejam conscientes das exigências que os rodeiam e se comprometam eticamente com o seu trabalho, a sociedade e o ensino, compreendendo o seu significado e impacto (Sampaio; Farias, 2020, p.13).

Contudo, há de se pensar que, embora a Lei Federal 12.764/2012 (BRASIL, 2012) que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dentre outros direitos, dá acesso à educação [...], não se pode deixar de observar que a maior parte das escolas brasileiras não possuem bibliotecas e aquelas que possuem recursos materiais e recursos humanos, em sua estrutura, são inadequadas para atender a públicos especiais. É quase utópico se pensar no espaço ideal para acolhimento e

¹ Educador no sentido preconizado por Paulo Freire como um intelectual que intervém como mediador e não facilitador no processo de ensino e aprendizagem, no caso do Bibliotecário, no processo de mediação da leitura. (1967 e 1987)

ainda este com um profissional capacitado para as práticas de leitura dentro das escolas. Esse desejo se confirma nas palavras de Moreira (2022) quando diz que:

[...] uma biblioteca com espaço físico acolhedor, aberta a alunos de todos os períodos, com livros devidamente catalogados e, nela, a presença do bibliotecário regendo atividades para envolver crianças e jovens na leitura é o sonho de muitos diretores e professores.

Nesse contexto, este estudo traz as seguintes questões norteadoras: Como o Bibliotecário pode contribuir na inclusão das crianças com TEA no ambiente escolar, especificamente nas bibliotecas? Quais as ações que as bibliotecas escolares desenvolvem para a inclusão dessas crianças? A ausência do bibliotecário atuando na biblioteca escolar integrando a equipe pedagógica tem influência no processo de inclusão dessas crianças?

Diante do exposto, o estudo delineou como objetivo geral: mapear as literaturas publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na base de dados da SCIELO entre os períodos de 2010 a 2023, para averiguar a existência de publicações que apresentam em seu escopo ações desenvolvidas para a inclusão de crianças com TEA, pelas bibliotecas e bibliotecários escolares, a partir das práticas de incentivo à leitura na educação infantil e ensino fundamental menor. Para atingir este objetivo, propôs-se: a) levantar literatura concernente ao tema; b) mapear, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT e SCIELO, a literatura existente sobre TEA, práticas de leitura e biblioteca escolar no período de 2010 a 2023; c) identificar, a partir do material coletado, dados referentes às ações das práticas de leitura desenvolvidas pelas bibliotecas escolares para a inclusão das crianças com TEA e d) verificar a partir dos dados coletados se há participação do Bibliotecário na elaboração do planejamento e do Projeto Político Pedagógico(PPP) da escola.

Este estudo está desenhado de modo que a primeira seção trata da Introdução, a segunda seção, da biblioteca escolar, trazendo um pouco da concepção e da importância desses espaços dentro das escolas. Também discorre sobre as funções e responsabilidades do Bibliotecário, trazendo-o como sujeito educador, mostrando como é necessária a sua participação no PPP, apontando como o alinhamento sala de aula e biblioteca contribui para o desenvolvimento pedagógico dos alunos.

Na seção seguinte, desenvolve-se a temática de acessibilidade e inclusão, esclarecendo que, para que a inclusão de fato ocorra, é preciso tornar os espaços acessíveis para todos, que, além das deficiências físicas, existem outras deficiências carentes de acessibilidade nesses espaços, como o autismo, que também é discorrido nesta seção,

trazendo alguns conceitos e abordando o autista como sujeito principal no que tange à questão da inclusão.

A pesquisa traz, em seus resultados e discussões, a escassez de publicações na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, sobre as práticas de leitura na biblioteca escolar que envolvam pessoas com TEA, mostrando como esses resultados são relevantes para alertar pesquisadores da área sobre a importância da temática para o avanço da ciência, podendo estas modificar a maneira como a inclusão de pessoas com o espectro, dentro das bibliotecas escolares, vem sendo conduzida.

Este estudo apresenta em suas conclusões que há necessidade de mais rigor na aplicação das leis que conduzem o funcionamento das bibliotecas escolares, assim como uma fiscalização mais incisiva por parte dos órgãos competentes. Também mostra que há diversas inquietações sobre esta temática, no intuito de que este campo seja melhor aproveitado na produção científica. Por fim, traz sugestões de pesquisas futuras, a fim de que se discuta sobre as práticas de leitura para a inclusão de pessoas com TEA dentro das bibliotecas escolares, onde o Bibliotecário seja o principal sujeito na execução dessas ações.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR: concepções, funções do bibliotecário e aspectos legais.

Não há muitos arquivos sobre a história das bibliotecas escolares no Brasil, porque naquela época não costumavam ser guardados ali documentos históricos relacionados à educação e à cultura. Porém, há registros de que as primeiras bibliotecas escolares foram fundadas pelos primeiros religiosos que chegaram ao Brasil (Lanzi; Vidotti; Ferneda, 2013), (Moraes, 2006).

Os jesuítas foram os responsáveis por esta fundação quando vieram com a missão de catequizar os nativos. Porém, a concretização das bibliotecas se deu mais como meio de transmissão de informações para estes religiosos do que como espaço de convívio dos sujeitos (Sala; Militão, 2017).

Segundo Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013, p. 22), esse conhecimento e a cultura começaram a se desenvolver nos mosteiros de padres franciscanos, carmelitas e beneditinos, e especialmente na Companhia de Jesus, que foram responsáveis pelos primeiros colégios jesuítas na Bahia e em outras capitais. A biblioteca escolar mais importante do início desta época era a do Colégio de Salvador, fundado pelo Padre Manuel da Nóbrega em 1549. Já no ano de 1661, o Padre Antônio Vieira descreveu a biblioteca do

Colégio do Maranhão como grandiosa, com capacidade de alocação de um acervo de até 5 mil volumes. Mais tarde, em 1760, o Colégio de Santo Alexandre, localizado no Pará, já contava com 2 mil volumes em seu acervo e o Colégio do Rio de Janeiro com 5.434 volumes (Lanzi; Vidotti; Ferneda, 2013).

A biblioteca escolar não é apenas um local de busca pela informação, é também um espaço de acolhimento e integração, onde suas funções estão para além de somente guarda e depósito. Depois da sala de aula, é o segundo ambiente capaz de promover a socialização e interação dos indivíduos na rotina escolar. É uma instituição dinâmica que pode interagir com a escola e seu ambiente de funcionamento e não deve ser visto como um setor separado no ambiente educacional, pois tem como principal finalidade a execução de atividades e projetos essenciais ao desenvolvimento educacional e cultural das atividades de alunos e professores (Stumpf, 1987).

Para Côrte e Bandeira (2011, p.8), a biblioteca escolar é um espaço de estudo e construção do conhecimento, que coopera com a dinâmica da escola e desperta o interesse intelectual, favorecendo o enriquecimento cultural e incentiva a formação do hábito da leitura. Num contexto educacional, ela tem papel fundamental, pois prepara seus usuários para exercerem o pensamento crítico e conviverem em sociedade. Essa afirmação fica em evidência quando o Manifesto IFLA/UNESCO (2000) estabelece que a biblioteca escolar habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica de 2013, a biblioteca emerge como um elemento central na organização curricular, desempenhando um papel significativo no desenvolvimento infantil. Ao refletir sobre a concepção, limites e possibilidades da organização curricular, destaca-se a importância da biblioteca como um espaço que contribui para a construção da identidade, reverência e respeito das crianças em relação à natureza.

Desde o surgimento das escolas públicas até os dias atuais, políticas públicas foram criadas para garantir a existência e a manutenção das bibliotecas escolares neste ambiente. Segundo Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013, p. 27), sempre houveram decretos-lei que exigissem a existência de bibliotecas escolares, inclusive contendo espaços predeterminados, sugestões de mobiliários e de conduta do profissional destinado a exercer o cargo de bibliotecário. A exemplo, pode-se citar a Lei nº 12.244/2010, promulgada no dia 24 de maio de 2010 pelo presidente em exercício Luiz Inácio Lula da Silva, na qual a

ementa dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. As determinações previstas pela referida lei estipularam que:

Art. 1o As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2o Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3o Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2010, s.p.)

A lei que foi inicialmente prorrogada para o ano de 2020 e recentemente teve seu prazo estendido para execução em 2024, com proposta ainda em tramitação e mais uma vez sua prorrogação para 2028, mostra que há uma falta de interesse para fiscalização e controle da execução dessas leis e o atraso em sua execução acarreta um déficit na estrutura organizacional pedagógica das escolas, pois a ausência das bibliotecas nas escolas, assim como de bibliotecários atuantes nesses espaços causa estagnação no tocante às práticas de inclusão, por meio da leitura e da ludicidade. A saber, as atividades lúdicas fazem com que as crianças aprendam com prazer e alegria, sendo relevante ressaltar que a ludicidade está diante da concepção única de passatempo e diversão, pois a educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma única forma transicional em direção a algum conhecimento. E o brincar se torna cada vez mais importante na construção do conhecimento, oportunizando prazer enquanto incorpora as informações e transforma as situações da vida real (Alves; Teixeira, 2022).

2.1 Funções e Responsabilidades do Bibliotecário

A biblioteca é um espaço que deve atender à necessidade informacional de todos os usuários que a procuram para tal fim, e isto inclui também as pessoas com necessidades especiais. Porém, quando esse entendimento se estende aos bibliotecários que atuam nas bibliotecas escolares, há um grande desafio no que diz respeito às suas competências, pois há uma singularidade de usuários, como as pessoas com TEA, e isso requer do profissional da biblioteca escolar um esforço maior do que apenas atender às necessidades

informativos, exige também que ele faça uso, com mais afinco, da sua competência de educador, pois terá papel fundamental na socialização dessas crianças na fase escolar.

Nesse contexto, Santos e Diniz (2018) afirmam que elas precisam atender usuários com TEA, contemplando seus direitos como cidadãos, a fim de desenvolver plenamente seus processos de aprendizagem. Mas, para isso, a biblioteca escolar precisa ir além, buscando soluções para uma realidade por mais complexa que possa ser, focando na questão da importância de incluir todos os alunos nos seus espaços e serviços (Santos, Diniz, 2018).

As bibliotecas escolares desempenham importante papel no processo de socialização das crianças em idade escolar, haja vista que são nesses espaços que o momento lúdico acontece, dando a elas conteúdo para uma grande fonte imaginária, na qual se debruçam sobre as histórias e as recreações proporcionadas pelo profissional bibliotecário durante a mediação da leitura, na hora do conto.

De acordo com Bettelheim (2000), é durante a contação de histórias nas bibliotecas que as crianças se fascinam, mas para que esse conto se torne significativo, elas precisam ser estimuladas e ter a oportunidade de pensar e de meditar sobre o que foi contado, pois só assim elas compreenderão melhor e conseguirão falar e contar o que ouviram, trazendo para a maioria das crianças ouvintes uma história muito mais emocional e intelectual, pois, além de estimular a imaginação e o gosto pela leitura, também amplia o vocabulário, sendo assim um conjunto de elementos referenciais que proporcionarão o desenvolvimento do consciente e subconsciente infantil (MATEUS et al., 2013). A contação de histórias não está ligada apenas a infância, de alguma maneira ela envolve as relações plurais entre o âmago do sujeito (o seu eu interior) com o mundo externo, e, como resultado, tem-se a formação da personalidade do indivíduo, a qual também perpetua histórias, memórias e imagens (Miguel; Carvalho, 2021).

Entretanto, para as pessoas com TEA, a imaginação é característica comum deles. A dificuldade é em focar, na realidade, em atividades que prendam sua atenção e isso requer do bibliotecário habilidades extremamente trabalhosas, esse precisa se reinventar para atingir todos os públicos diferentes no mesmo ambiente, garantindo a inclusão de maneira total. Todavia, para isso, são necessárias medidas e ações que garantam essa inclusão, de maneira que as crianças com TEA se sintam pertencentes e possam então dar um passo à frente, no tocante à socialização com as demais crianças do seu círculo escolar.

Os recursos disponíveis nas bibliotecas, quando valorizados e utilizados de forma adequada por seus gestores, podem contribuir diretamente com o processo de educação inclusiva e na socialização de usuários com TEA.

De acordo com Cavalcante, Velanga e Pimenta (2021, p. 2), o Bibliotecário emerge como uma das profissões pioneiras, sendo instituído no Brasil com o propósito fundamental de atender às crescentes demandas de organização da informação. A contextualização histórica revela que, com o advento de universidades e o crescimento do sistema educacional, tanto local quanto global, a expansão do conhecimento foi exuberante, influenciada por revoluções, políticas educacionais e a urgência de localizar prontamente documentos e obras relevantes.

Destaca-se que a atuação da classe bibliotecária se estende por diferentes ambientes, desde os estágios iniciais do aluno, como na biblioteca escolar, até as esferas acadêmicas, representadas pela biblioteca universitária, e em instituições especializadas, incluindo bibliotecas especializadas, unidades de documentação, museus e centros históricos. Nesses variados contextos, o bibliotecário desempenha múltiplas funções, agindo como facilitador do acesso à informação, mediador no processo de leitura e aprendizagem, organizador e colaborador em atividades culturais, além de possuir habilidades específicas para contribuir de maneira significativa para a prática do currículo escolar.

A natureza sociocultural da profissão de bibliotecário, ressaltada na Resolução CFB nº 207/2018, converge com a ênfase da Lei nº 9.674/1998 na atuação do bibliotecário escolar como um agente essencial na promoção da leitura, da cultura e do conhecimento no ambiente educacional. A garantia do acesso indiscriminado à informação, conforme preconizado pelo Código de Ética, alinha-se com a responsabilidade do bibliotecário escolar em assegurar o acesso eficiente aos recursos educacionais.

O capítulo II da Resolução, que trata da natureza, fundamento e objeto do trabalho do bibliotecário, destaca a prestação de serviços de informação à sociedade. Esta diretriz se conecta diretamente com o papel do bibliotecário escolar na organização e administração da biblioteca da instituição de ensino, conforme previsto na Lei nº 9.674/1998. Ambos os documentos convergem na valorização do conhecimento estruturado, seja ele escrito, oral, gestual, audiovisual ou digital, destacando a importância da informação como o objeto central do trabalho do bibliotecário.

Ao adentrar o capítulo III da Resolução, que trata dos deveres do bibliotecário, observamos uma complementaridade com as responsabilidades delineadas na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O dever de preservar o cunho liberal e humanista, fundamentado na liberdade da investigação científica e na dignidade da pessoa humana, alinha-se com o compromisso do bibliotecário escolar em contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

No tocante aos deveres específicos do bibliotecário escolar, a colaboração com educadores, o respeito à diversidade e à promoção do ambiente de aprendizado positivo refletem os princípios éticos destacados na Resolução CFB nº 207/2018. A Resolução, ao abordar a lealdade e solidariedade entre colegas, encontra eco na colaboração entre bibliotecários e educadores no contexto escolar, reforçando a importância da integração desses profissionais para o benefício dos alunos. Assim, a legislação específica e o código ético convergem para fortalecer a posição do bibliotecário escolar como um profissional essencial no ambiente educacional, destacando a necessidade de atuação ética, comprometida e colaborativa em prol do desenvolvimento educacional e cultural da comunidade escolar.

O alinhamento da sala de aula e da biblioteca é um fator importante para o desenvolvimento pedagógico do aluno. Portanto, professores e bibliotecários precisam ter uma conexão. Desta forma, as palavras de Fonseca e Spudeit (2016) confirmam a dinâmica de interação que deve haver entre esses dois profissionais

[...] a parceria entre professores e bibliotecários nas escolas deve ser vista como algo de fundamental importância, pois, a partir do trabalho em conjunto, será possível criar uma influência positiva para o estudante e sua formação plena. Ao complementar o trabalho um do outro, é possível ir além dos conteúdos dos livros didáticos, permitindo o acesso às informações relevantes e pertinentes, conhecimentos sobre o mundo e a sociedade, vistos através de olhares críticos.

Sendo assim, o bibliotecário deve participar ativamente da vida escolar dos alunos, contribuindo com o desenvolvimento do programa educativo colocado em prática na sala de aula, tornando a biblioteca uma extensão das atividades de classe, na qual o aluno buscará respostas aos questionamentos suscitados e, através desta parceria, os anseios de incentivo à pesquisa serão atingidos tanto pelo professor, que instiga a formulação de questões em suas aulas, quanto pelo Bibliotecário, que auxiliará na busca de informações que resultem na solução do problema.

2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

As bibliotecas escolares se inserem nas escolas de acordo com a lei de nº 9.394/96, esta que é popularmente chamada de “Lei Darcy Ribeiro” em homenagem a um importante educador brasileiro. Suas diretrizes definem e organizam o sistema educacional brasileiro, o qual assegura o direito social à educação para estudantes brasileiros. Tendo a sua aprovação em 1996, foi um marco importante para a Educação Infantil, uma vez que estabeleceu essa etapa do ensino como a primeira da Educação Básica (Vercelli; Terçariol, 2022).

A Educação Básica, de acordo com Brasil (1996), “tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” Esta se divide em três etapas conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas da educação básica

Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio
Creche – para crianças de até 3 anos;	Anos Iniciais – do 1º ao 5º ano, englobando crianças de 6 a 10 anos;	-
Pré-escola – para crianças de 4 e 5 anos.	Anos Finais – do 6º ao 9º ano, com alunos entre 11 e 14 anos	-

Fonte: adaptado de Bezerra et al. (2019, p.2)

O artigo 3º da LDB menciona os princípios condutores para a educação, incentivando a criação de propostas alternativas que promovam a qualidade da educação, assim como as condições de acesso e permanência dos alunos no processo de aprendizagem utiliza conceitos pedagógicos que valorizem a experiência extraescolar e o vínculo da educação e do trabalho com as práticas sociais. Na LDB, a biblioteca é declarada como ambiente de aprendizado e incentivo à leitura, com a finalidade de preservação e conservação dos aspectos culturais relevantes para a formação de cidadãos conscientes da importância dos diferentes acervos e da necessidade de frequentá-los (Campello et al., 2012, p.18).

2.3 Base Nacional de Comum Curricular

Para além da LDB, a escola conta hoje com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2017, teve sua versão final disponibilizada em 2018. O documento traz diretrizes “para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (BRASIL, 2018, p. 8).

A estrutura da BNCC determina as competências das quais os alunos precisam desenvolver ao longo de sua passagem na Educação Básica e em cada uma das etapas da escolaridade. Ela evidencia

[...] que os alunos devem desenvolver as dez competências gerais da Educação Básica, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2017).

Na primeira etapa da educação básica (educação infantil), os eixos que estruturam essa etapa são as interações e as brincadeiras, e devem ser assegurados 6 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento, tais como: *conviver; brincar; participar; explorar; expressar; conhecer-se*.

A BNCC também estabelece cinco campos de experiências: *o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações*.

Dentre os campos de experiência, o que se refere às práticas de leitura é o campo da *escuta, fala, pensamento e imaginação*, o qual explica que, desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com quem interagem. E, aos poucos, elas vão ampliando e enriquecendo seus vocabulários e outros recursos de expressão e compreensão, e assim se apropriam da sua língua materna. Por isso é importante promover experiências em que as crianças possam falar e ouvir, potencializando a sua participação na cultura oral.

Nesta etapa, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças sabem e das curiosidades que elas revelam. As experiências com a literatura infantil contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, estimulando a imaginação e ampliando o conhecimento de mundo. Esse contato com as literaturas proporciona a familiaridade com os livros, os diversos gêneros literários e a diferenciação entre ilustração e escrita.

Assim sendo, é necessário que as práticas de leitura sejam inseridas desde a base nas escolas, pois é evidente que a leitura possui um papel relevante e transformador, não só no processo de alfabetização, mas na vida social de qualquer pessoa, e a biblioteca

escolar tem sua função e importância em toda essa jornada. No entanto, para que ela cumpra com sua finalidade, é essencial que o profissional Bibliotecário participe dos processos de tomada de decisão e do planejamento do projeto político pedagógico da escola.

2.4 Projeto Político Pedagógico (PPP)

O PPP viabiliza meios para que a escola possa se organizar, podendo identificar os desafios que irão enfrentar e coloquem em prática as estratégias escolhidas para alcançar suas metas. Deste modo, é necessário que o PPP esteja em constante análise para favorecer as aberturas necessárias para que aquele espaço educativo tenha novos rumos. Portanto, ele não deve apenas ser construído e arquivado, mas deve também ser reavaliado e discutido com frequência (Guedes, 2021).

Embora sua redação seja de responsabilidade do gestor, a sua construção é colaborativa, podendo não só a comunidade escolar participar dessa construção, mas a sociedade como um todo. O PPP é um instrumento vivo e ativo, onde cada integrante que participa da comunidade escolar deve cooperar com a sua formulação, execução e restauração. Sejam pais, alunos, professores e demais agentes participantes da instituição de ensino (Mardini; Nonnenmacher; Peixoto, 2021).

Todas as escolas possuem indicadores educacionais e, através destes indicadores, é possível se fazer o diagnóstico destas instituições. É por meio da identificação dos pontos fortes e fracos, da verificação das ameaças e oportunidades e de todo o contexto cultural, histórico e socioeconômico que as serão traçadas as metas e as ações para melhoria destes indicadores. Estas metas serão planejadas a curto, médio e longo prazo, na qual se destacam as ações pedagógicas e metodologias. Para Santos (2022), “o PPP possui uma grande importância neste contexto, pois através deste projeto podem ser direcionados todos os passos que a escola deve tomar para tornar o ambiente escolar mais propício para uma educação mais eficaz”.

Nascimento, Nascimento e Lima (2020, p. 134) pontuam que, “faz-se necessário que esse planejar resulte em uma visão de escola que tem autonomia para decidir que caminho seguir, que identidade deseja construir, que concepções deseja desenvolver frente aos sujeitos que almeja formar e transformar”. Neste sentido, o PPP também tem um importante papel: o de construir a identidade da escola, pois é através da missão, visão e valores que a instituição será apresentada para a sociedade.

Nesse contexto de transformação dos sujeitos, a biblioteca como parte integrante da escola, precisa ser reconhecida e inserida no PPP, e o Bibliotecário é indispensável em sua elaboração, para que toda a comunidade escolar fique ciente da sua função e do seu papel no âmbito escolar.

3 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO: o transtorno do espectro autista.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2004) define acessibilidade, por meio da norma NRB 9050, como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos. Diante disso, quando se fala em acessibilidade, logo vem à cabeça rampas, banheiros adaptados, elevadores acessíveis e tantas outras formas de facilitar a mobilidade e o acesso de pessoas com deficiência física. O mais comum é relacionar acessibilidade à ausência de barreiras físicas, mas existem vários outros tipos, além da acessibilidade arquitetônica (Sasaki, 2006).

No Quadro 2, Sasaki (2009) aponta seis dimensões de acessibilidade a serem observadas em todos os ambientes onde qualquer pessoa, com ou sem deficiência, tem o direito de utilizar.

Quadro 2 – Dimensões de acessibilidade

1. ARQUITETÔNICA	sem barreiras físicas
2. COMUNICACIONAL	sem barreiras na comunicação entre pessoas
3. METODOLÓGICA	sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.
4. INSTRUMENTAL	sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.
5. PROGRAMÁTICA	sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.
6. ATITUDINAL	Sem preconceito, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que tem deficiência

No entanto, tornar acessível não diz respeito apenas a estes elementos. Há um conjunto de outros fatores que abrangem um núcleo extenso, porém pouco abordado nas literaturas, e cabe aqui mencionar a acessibilidade cognitiva, de extrema importância para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Para Sobel (2018),

[...] a acessibilidade cognitiva está relacionada com a compreensão do ambiente. Logo, entende-se que o ambiente é acessível cognitivamente quando a pessoa compreende, conseguindo interpretar as informações e dominando a comunicação que ocorre naquele meio, podendo assim realizar facilmente as atividades desenvolvidas nele

A autora Baldo (2022, p.7) explica que “a acessibilidade metodológica visa a minimizar as barreiras nas metodologias e estratégias de estudo, desse modo, podemos relacioná-la à acessibilidade cognitiva”. Na visão da autora, para se assegurar a acessibilidade, no contexto da inclusão, é necessário que haja meios de superar as barreiras da sociedade, não importa quais sejam, para que assim, seja garantido o direito a todos de participarem das mais variadas esferas sociais (Baldo, 2022, p.19).

3.1 Autismo

O termo autismo foi empregado pela primeira vez por Bleuler, em 1911, para explicar a perda de contato com a realidade e a extrema dificuldade de estabelecer um diálogo por alguns indivíduos (Cunha, 2012, p.20).

É definido por Mello (2007, p. 16) “como um desenvolvimento anormal caracterizado por alterações presentes desde idade muito precoce, geralmente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano afetando a comunicação”.

Para Schmidt (2013, p. 13), “[...] o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativas e comportamental”.

Segundo Chaves (2014), existem características que podem identificar o autismo através de comportamentos diferentes, como: perturbação e incapacidade de compreensão da linguagem, dificuldade de entender perguntas, de compreender orientações, entender uma piada, não consegue criar situações imaginativas, como fantasiar brincadeiras, tem aptidões por rotinas ou manter gestos e atos repetitivos, com movimentos corporais

estereotipados, como bater palmas, estalar os dedos, balançar o corpo, abaixar-se e levantar, movimentos corporais diferentes, como caminhar com as pontas dos dedos, parece se encantar com objetos que produzem movimentos giratório, como ventilador, pneus de carros, entre outros, abrir e fechar portas.

Entretanto, para se chegar ao diagnóstico do autismo e para que este não seja equivocado, são necessários estudos e avaliações aprofundadas que devem ser realizados por profissionais capacitados e uma equipe multidisciplinar formada por: neurologistas, psicólogos, psiquiatras, fonoaudiólogos e outros profissionais especializados para cada caso.

Barbosa (2013) alerta que:

Toda criança com traços ou suspeitas de autismo, deve ser submetida à testes neuropsicológicos específicos. A avaliação neurofisiológica é importante. Os potenciais evocados auditivos e visual são ferramentas mais úteis na identificação de déficits sensoriais que levam a um quadro de baixa resposta ao ambiente. Os estudos de neuroimagem, principalmente a ressonância nuclear magnética- RNM podem evidenciar alterações estruturais mais grosseiras relacionados ao autismo, como hipoplasia cerebelar e hipertrofia de hipocampo, porém estas alterações são inespecíficas. A análise cromossômica de alta resolução deve ser feita em pacientes com suspeita, principalmente naqueles associados à dismorfismos somáticos mesmo que discretos. (Barbosa, 2013, p.9)

Segundo os critérios do DSM-IV-TR, para que se chegue ao diagnóstico do autismo, a criança deve apresentar no mínimo 6 (seis) de um total de 12 (doze) sintomas apresentados no Quadro 3, onde pelo menos dois deles precisam ser da área de interação social, no mínimo um na área de comunicação, e ao menos um na área de comportamentos restritos, repetitivos e estereotipados.

Quadro 3 – Critérios para diagnóstico do autismo

Comprometimento qualitativo da interação social
<p>a) Comprometimento acentuado no uso de múltiplos comportamentos não- verbais, tais como contato visual direto, expressão facial, posturas e gestos para regular a interação social;</p> <p>b) Fracasso em desenvolver relacionamentos com seus pares apropriados ao nível de desenvolvimento;</p> <p>c) Ausência de tentativas espontâneas de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outra pessoa (ex.: não mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse);</p>

d) Ausência de reciprocidade social ou emocional.
Comprometimento qualitativo da comunicação
<ul style="list-style-type: none"> a) Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem falada (não acompanhado por uma tentativa de compensar por meios de modos alternativos de comunicação, tais como gestos ou mímica); b) Em indivíduos com fala adequada, acentuado comprometimento da capacidade de iniciar ou manter uma conversa; c) Uso estereotipado ou repetitivo da linguagem ou linguagem idiossincrática; d) Ausência de jogos ou brincadeiras de imitação social variados e espontâneos próprios do nível de desenvolvimento (i.e., da sua faixa etária).
Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades
<ul style="list-style-type: none"> a) Preocupação insistente com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesse, anormais em intensidade ou foco; b) Adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais específicos e não-funcionais; c) Maneirismos motores estereotipados e repetitivos (ex., agitar ou torcer mãos e dedos ou movimentos complexos de todo o corpo); d) Preocupação persistente com partes de objetos.

Fonte: Silva e Mulick (2009)

O DSM-5 também apresenta níveis diferentes de autismo que estão relacionados à gravidade do caso, sendo classificados em nível I, nível II e nível III, conforme mostrado no Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação dos níveis de autismo

Nível I
na ausência de apoio, há prejuízo social notável, dificuldades para iniciar interações, por vezes parecem apresentar um interesse reduzido por estas, há tentativas malsucedidas no contato social, além da dificuldade de organização, planejamento e certa inflexibilidade de comportamentos;
Nível II
Nível II - exige apoio substancial havendo prejuízos sociais aparentes, limitações para iniciar e manter interações, inflexibilidade de comportamento e dificuldade para lidar com mudanças;
Nível III
exige muito apoio substancial, havendo déficits graves nas habilidades de comunicação social, inflexibilidade de comportamento e extrema dificuldade com mudanças.

Fonte: Fernandes; Tomazelli e Girianelli (2020)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi reconhecido, a partir do ano de 2012, pelos artigos 1 e 2 da Lei nº 12.764/12 (BRASIL, 2012), como uma deficiência, dando direitos protetivos às pessoas portadoras do espectro. O autismo tem como característica o distanciamento da realidade que cerca a pessoa com o transtorno, podendo esta apresentar um padrão de comportamento peculiar ou não, em alguns casos se mostram bastante diferenciados dos demais crianças. Esse agir atípico no ambiente escolar pode causar dificuldades no processo de interação social, trazendo consequências na aprendizagem e assimilação dos conteúdos, interferindo em sua inclusão.

Quando a inclusão de fato acontece, pode-se perceber a ausência do isolamento, pois as crianças acabam convivendo com outras da mesma faixa etária e tendo as mesmas oportunidades, pois são instigadas a colocar em prática suas capacidades.

Contudo verificou-se que

[...] quando se pensa em termos de inclusão, é comum a ideia de simplesmente colocar uma criança que tem autismo em uma escola regular, esperando assim que ela comece a imitar as crianças normais, e não crianças iguais a ela ou crianças que apresentam quadros mais graves. Podemos dizer, inicialmente, que a criança com autismo, quando pequena, raramente imita outras crianças, passando a fazer isto apenas após começar a desenvolver a consciência dela mesma, isto é, quando começa a perceber relações de causa e efeito do ambiente em relação a suas próprias ações e vice-versa. (Mello, 2007, p.41).

Portanto, para que a inclusão social aconteça para todos, é necessário que haja uma mudança na forma de pensar e agir, respeitando o outro como ele é, observando suas diferenças e seu tempo de aprendizagem (Oliveira, 2008, p.43)

4 METODOLOGIA

Este estudo utilizou metodologicamente uma abordagem de caráter descritivo exploratório e analítico, a partir do *levantamento bibliográfico* de autores que versam sobre as temáticas Bibliotecas Escolares, Bibliotecário Escolar, Inclusão Social e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) para a construção do referencial teórico e uma *Revisão Sistemática de Literatura* realizada nas bases de Dados de Teses e Dissertação (BDTD) e SCIELO como princípio metodológico de percepção de como essa temática tem se apresentado junto as produções científicas indexadas em ambas as bases de dados.

A revisão sistemática de literatura para produção científica, de acordo com Bento (2012), “[...] envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema”.

Vale ressaltar que as pesquisas de revisão são de extrema relevância para a produção e divulgação do conhecimento científico, podendo facilitar o trabalho de pesquisadores, auxiliando-os na formulação de problemas de pesquisas, levantamento de hipóteses, discussão de dados encontrados ou mostrando lacunas que podem ser preenchidas em pesquisas futuras. Os principais tipos de revisões de literatura utilizadas atualmente são o estado da arte e o estado do conhecimento, as revisões bibliográficas tradicionais, que também são chamadas de revisões narrativas, as revisões sistemáticas, as revisões integrativas e as bibliométricas (Botelho, Cunha e Macedo, 2011; Silva e Hayashi, 2013; Mariano e Rocha, 2017).

Para Figueiredo (1990), a revisão sistemática possui função histórica e de atualização, onde ele ressalta o aspecto histórico, pois este compara diferentes fontes, agrupa, identifica especializações emergentes e direciona pesquisas para novas temáticas. O que torna o aspecto de atualização relevante é o fato de possibilitar alertas para campos correlatos, permitindo identificar estudos mais relevantes e oferece uma orientação inicial para o surgimento de novas áreas.

4.1 Critérios para seleção da base e percurso utilizado para a realização da Revisão Sistemática

Os dados foram coletados com o processo de delimitação de termos e/ou palavras-chaves em busca de conteúdo retrospectivo na BDTD/IBICT e SCIELO com intencionalidade de observar na literatura se há atividades desenvolvidas na biblioteca escolar que atendam as necessidades de incentivo às práticas leitoras em crianças com TEA, dos espaços e recursos da biblioteca, da equipe pedagógica, no intuito de verificar a participação do(a) bibliotecário(a) no planejamento.

Neste sentido, delimitou-se a fazer uma busca avançada por palavras chaves. Os descritores utilizados na busca foram exatamente os mesmos para ambas as bases de dados: **TEA, Autismo, Transtorno do Espectro Autista, Asperger, Biblioteca inclusiva, Inclusão Social**. Especificou-se os descritores priorizando um dos termos para enfatizar a questão da inclusão na biblioteca escolar, também se utilizou os recursos de estratégia de busca: as “aspas” e o operador lógico booleano AND.

Optou-se por fazer um recorte temporal do ano de 2010 (ano de criação da Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares de nº12.244/2010) ao presente ano de 2023 e ainda pela busca por trabalhos na língua portuguesa.

Alguns critérios de inclusão e exclusão foram preestabelecidos para melhor aproveitamento da busca e seleção dos documentos, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5 – Critérios de inclusão e exclusão

Inclusão	Exclusão
Trabalhos que tratam das práticas de leitura e inclusão, com ênfase na biblioteca escolar	Trabalhos que não mencionem o Bibliotecário como agente das práticas de leitura na biblioteca escolar
Foco principal seja o público autista	Temáticas que abordem o autismo fora do contexto das bibliotecas escolares
Que envolvam o Bibliotecário no planejamento pedagógico	Publicações que mencionam o bibliotecário escolar, mas não mencionam o autismo
Escritos em língua portuguesa	Escritos em língua estrangeira
Publicados entre 2010 e 2023	Publicados antes de 2010

Fonte: a autora (2023).

Com relação a busca realizada na BDTD/IBICT, no Quadro 6 observa-se que dentre os dados obtidos foram encontradas 377 publicações, das quais nenhuma foi aproveitada para análise, sendo excluídas ou por estarem fora da temática desta pesquisa ou por não se enquadrarem nos critérios de inclusão.

Quadro 6 – Lista dos descritores e publicações encontrados na BDTD/IBICT

Descritores	Nº de Artigos encontrados	Nº de Artigos excluídos
TEA	29	29
Autismo	61	61
Transtorno do Espectro Autista	28	28
Asperger	91	91
Biblioteca inclusiva	4	4
Inclusão Social	164	164
Total de publicações	377	377

Fonte: dados da pesquisa (2023)

No que tange à base de dados Scielo, no Quadro 7, observa-se que a pesquisa encontrou 60 (sessenta) artigos, dos quais nenhum foi utilizado para análise por estarem em desacordo com os critérios de inclusão. Ressalta-se ainda que a quantidade de publicações expostas em ambos os quadros não condiz com o número apresentado, pois, ao se fazer a combinação dos descritores, alguns títulos se repetem nos resultados da busca.

Quadro 7 - Lista dos descritores e publicações encontrados na Scielo

Descritores	Nº de Artigos encontrados	Nº de Artigos excluídos
TEA	0	0
Autismo	4	4
Transtorno do Espectro Autista	28	28

Descritores	Nº de Artigos encontrados	Nº de Artigos excluídos
Asperger	0	0
Biblioteca inclusiva	0	0
Inclusão Social	28	28
Total de publicações	60	60

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Para a interpretação desses dados, existe a perspectiva crítica, argumentando sobre os pontos negativos da falta de publicações na área biblioteconômica e em como eles empobrecem o meio científico, refletem também uma necessidade maior de observação no tocante às bibliotecas escolares, inclusão de pessoas com TEA e a atuação dos bibliotecários nesses espaços.

Existe ainda a perspectiva, na qual pode-se enxergar estes dados como um ensejo, acolhendo-os como um desafio para se dedicar um pouco mais à temática e contribuir de forma significativa não apenas com a comunidade científica, mas com a sociedade em geral, uma vez que a inclusão carece de uma atenção mais efetiva, e ela não deve ser apenas discutida, mas também praticada. É o que mostra a seção seguinte desta pesquisa, que discorre com mais abrangência sobre estas perspectivas.

5 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR E AS PRÁTICAS DE LEITURAS DOS ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: análise, discussões e resultados

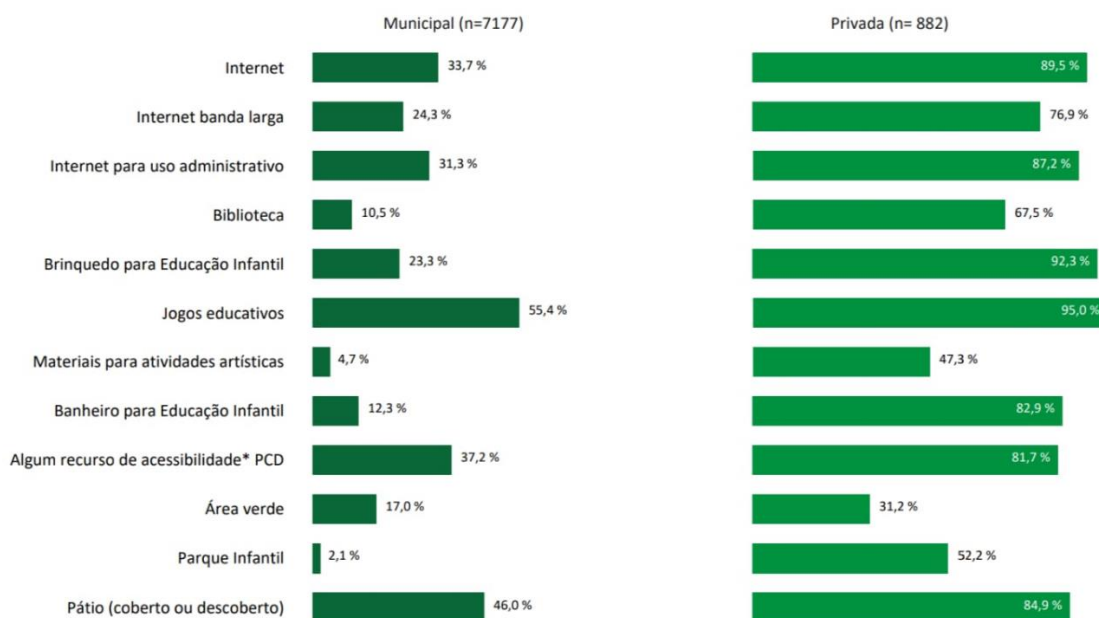
Segundo Law (2002), diversos autores de revisões sistemáticas se dispõem a publicar apenas os resultados positivos das pesquisas. Contudo, os resultados negativos também são importantes para que os profissionais possam mudar suas ações e impactar em novas realidades oriundas de uma sociedade em constante mudança.

Durante a busca nas bases de dados notou-se que, conforme o Quadro 6, há uma quantidade significativa de publicações envolvendo o sujeito autista; porém, na área da psicologia, tratando da temática apenas pelo lado clínico e comportamental; e na área da educação, mostrando os aspectos de escolarização e socialização no ambiente de sala de aula e na área tecnológica abordando a inclusão digital. Os dados são inexpressivos e irrelevantes para análise a priori da investigação, pois não se enquadram nos critérios para tal, mas o resultado é totalmente significativo e serve como um alerta para que a Biblioteconomia e Ciência da Informação, tenham um olhar mais sensível para a temática proposta.

Desde que foi instituída a lei nº 13.146/2015 (BRASIL), que assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania, contemplando, também, pessoas com TEA, os municípios têm feito divulgações acerca da acessibilidade nas unidades de educação básica. Contudo, os resultados negativos desta pesquisa refletem que quando as leis que conduzem o funcionamento das bibliotecas escolares não são cumpridas, os processos de inclusão nesses ambientes se tornam mais difíceis.

Como se observa na Figura 1, que é um gráfico apresentado pelo Censo da educação básica do Maranhão do ano de 2021 (o mais recente encontrado), que apresenta dados sobre a disponibilidade de recursos de infraestrutura nas escolas de educação infantil.

Figura 1 - Recursos relacionados à tecnologia e às infraestruturas disponíveis nas escolas de educação infantil – Maranhão – 2021



Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (2021).

Ao analisar a figura, pode-se notar que apenas 10,5% das escolas públicas e pouco mais de 50% das escolas privadas possuem bibliotecas em sua infraestrutura, o que já é um dado bastante alarmante, e esses dados se tornam ainda mais preocupantes quando se busca pelo profissional de Biblioteconomia dentro dessas instituições. Sabendo-se que a porcentagem de bibliotecas e o contingente de bibliotecários atuantes é muito pequeno, esses dados podem explicar a escassez de publicações relativas à temática desta pesquisa. Apesar de muito se produzir sobre a inclusão de pessoas com deficiência física, auditiva e visual no ambiente de sala de aula, por mais que muito se fale sobre tecnologias assistivas e acessibilidade atitudinal, os espaços integrativos das bibliotecas ainda são negligenciados.

Desse modo, trazendo essa discussão para dentro do ambiente acadêmico, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), existe a Diretoria de Acessibilidade (DACES) que tem como objetivo realizar todas as ações concernentes ao processo de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidade ou superdotação, que envolve acesso, permanência e conclusão dos cursos na

UFMA, a qual disponibiliza recursos, equipamentos e serviços técnicos especializados. Além disso, o Centro de Ciências Sociais (CCSo) dispõe de uma comissão de acessibilidade, onde o curso de Biblioteconomia é um dos cursos engajados com participação ativa dentro da comissão.

Sendo a Biblioteconomia um curso engajado nas questões de acessibilidade e inclusão, seria interessante que o Currículo de Biblioteconomia dispusesse de disciplinas relacionadas à temática, e ainda que nas disciplinas específicas de “*formação de leitores e bibliotecas escolares*” houvesse maior incentivo na questão dos leitores autistas, para que a fomento à produções científicas possam tomar proporções maiores no tocante às práticas de leitura dentro, das bibliotecas escolares, para a inclusão de pessoas com TEA.

Isso faz-se necessário, já que é notável que a temática que envolve as práticas de inclusão de pessoas autistas na biblioteca escolar exige uma certa atenção, pois com esta escassez de publicações, abre-se uma lacuna na produção científica e uma temática tão importante como esta é importante para que este público seja melhor observado, para que resultados sejam obtidos e melhorias sejam sugeridas, pois só assim a biblioteca escolar dará mais um passo rumo à inclusão.

6 CONCLUSÃO

Este estudo, de início, se propôs a investigar as práticas de leitura nas bibliotecas escolares das unidades de educação infantil da rede pública e privada de São Luís e como elas contribuíam para a inclusão e socialização de pessoas com autismo. No entanto, duas questões foram consideradas: a primeira, a inexistência de bibliotecas escolares com bibliotecários no município e, posteriormente, o tempo para a pesquisa de campo ter sido exíguo. Em vista disso, optou-se por averiguar as produções científicas concernentes ao tema.

Assim, considerando o objetivo do estudo que consistiu em mapear as literaturas publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na base de dados da SCIELO, entre os períodos de 2010 a 2023, para averiguar a existência de publicações que apresentam em seu escopo, ações desenvolvidas para a inclusão de crianças com TEA, pelas bibliotecas e bibliotecários escolares, a partir das práticas de incentivo à leitura na educação infantil e ensino fundamental menor, observou-se que a Biblioteconomia é um campo amplo e interdisciplinar, pois dialoga com diversas áreas do conhecimento. Porém, observou-se que, no campo científico, no quesito inclusão, especificamente de autistas, as outras áreas têm produzido mais a respeito.

Foi observado também que as leis que conduzem as bibliotecas escolares precisam ser cumpridas com rigor, para que haja um ambiente integrativo dentro das escolas com o intuito de que a inclusão de fato aconteça.

À vista disso, sugere-se que a Biblioteconomia amplie o seu olhar, que realize futuras pesquisas de campo sobre as bibliotecas escolares e que averigue se esses espaços existem dentro das escolas. Além disso, é necessário ver se há bibliotecários atuantes nessas unidades, se eles participam do projeto político pedagógico, se realizam ações de inclusão e se elas contemplam pessoas com TEA.

É importante destacar que as publicações em teses, dissertações e periódicos são as teorias mais atuais sobre as temáticas nas áreas, mas não ter encontrado, nestas bases de dados, publicações referentes à temática em questão não significa dizer que estas ações não estão sendo discutidas e/ou produzidas em outros ambientes, tais como eventos científicos e vivências acadêmicas. Portanto, sugere-se que seja realizado uma pesquisa em Anais de Congresso e encontros da área.

Tem-se ainda como sugestão estudos de casos para observação das ações realizadas dentro das bibliotecas escolares, com o Bibliotecário atuante e sem a atuação do

Bibliotecário, no intuito de saber se a participação do bibliotecário influencia no processo de inclusão de pessoas com TEA e ainda para verificar a importância do profissional de Biblioteconomia no processo de inclusão através das práticas de leitura.

Por fim, é necessário que haja um olhar mais aguçado, tanto por parte do poder público, fortalecendo as leis e fazendo com que sejam cumpridas, como também fornecendo subsídios para a construção e manutenção desses espaços. Por parte dos órgãos fiscalizadores, os sindicatos e conselhos de Biblioteconomia, para que a profissão e os profissionais ajam de acordo com as leis e a ética. E também por parte dos profissionais/pesquisadores, para que as bibliotecas escolares sejam observadas e analisadas acerca das práticas de inclusão. É importante que os olhares não estejam abertos apenas para o ambiente físico, que o acessível não seja apenas sobre mobilidade, mas também social, pois há um público bastante carente dessa inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. N. **A importância do bibliotecário escolar para o incentivo à leitura na biblioteca do instituto educacional colégio e curso**. 2017. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.

ALVES, M. S.; TEIXEIRA, V. R. L. A Importância da Ludicidade no Processo de Alfabetização e Letramento nos anos iniciais do Ensino Fundamental / The Importance of Ludicity in the Literacy and Literacy Process in the early years of Elementary School. Id On Line. **Revista de Psicologia**, [S.L.], v. 16, n. 63, p. 596-610, 31 out. 2022. Lepidus Tecnologia. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14295/online.v16i63.3608>. Acesso em: 21 nov. 2023

APA - AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2004.) **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. NBR 9050.

BALDO, Y. P. **ACESSIBILIDADE COGNITIVA E METODOLÓGICA PARA APOIO A ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**. 2022. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/3213/YVINAPBALDO-TFC-VERSAOFINAL-COM%20FCAT_25-04-23.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 23 dez. 2023.

BANCA, A. M. L. **As Estratégias de Segmentação do Mercado de Clientes Pessoas Físicas no Banco do Brasil de 1997 a 2001**. 123 f. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2001.

BARBOSA, Amanda Magalhães. **O Papel Do Professor Frente À Inclusão De Crianças Com Autismo**. Educere, Curitiba Paraná 2013.

BENTO, A. Como fazer uma revisão de literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)**, n.65, maio de 2012. Disponível em: <http://www3.uma.pt/bento/repositorio/revisaodaliteratura.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

BETTELHEIM, B. **A Psicanálise dos contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BEZERRA, W. M. et al. Níveis e modalidades da educação brasileira após a ldb 9394/96. **Anais VI CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61204>>. Acesso em: 23 dez. 2023.

BOTELHO L.L. R.; CUNHA C. C. A.; MACEDO M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gest Soc.* v. 5, n.11, p. 121-36. Ago, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998.** Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n.120, Seção I, p.1-2, 23 jun. 1998.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 25 mai. 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de novembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resumo técnico do estado do maranhão: Censo Escolar da Educação Básica- 2021.** Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação, **Secretaria de Educação Básica Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** MEC; SEB, Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC/SEF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 25 dez. 23.

CAVALCANTE, F. O. F.; VELANGA, C. T.; PIMENTA, J. S. Biblioteca escolar: ação mediadora e o papel do bibliotecário. *Revista Educação Pública*, v. 20, n] 4, 28 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/4/biblioteca-escolar-acao-mediadora-e-o-papel-do-bibliotecario>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CHAVES. **A Criança Autista E Seus Primeiros Momentos Na Escolarização.** Editora realize, 2014. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2014/Modalidade_1datahora_22_05_2014_22_23_04_idinscrito_676_c262702b33d026cdfa30e13fa09cb75b.pdf. Acesso em out de 2023.

Coll, C., Palacios, J., & Marchesi, A. (1995). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva** – Porto Alegre: Artmed, v.1.1995.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018.** Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Brasília, CFB, 2018. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CORTÊ, A. R.; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, Ed. 2012.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015. 140 p.

CUNHA, E. **Representações sociais de professores acerca da inclusão escolar**: elementos para uma discussão das práticas de ensino. 2015. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://portal.estacio.br/docs/Dissertacoes/Antonio-Eugenio-Cunha-TESECOMPLETA%202015.PDF>. Acesso em: 13 ago. 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca-Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Diagnostic and Statistical Manual of Mental disorders - **DSM-5**. 5 ed. American Psychiatric Association, 2014.

FERNANDES, C. S.; TOMAZELLI, J.; GIRIANELLI, V. R. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. *Psicologia USP*, v. 31, p. e200027, 2020

FIGUEIREDO, N. Da importância dos artigos de revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, 1990.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GUEDES, N. C. **A importância do projeto político-pedagógico no processo de democratização da escola**. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2021. ISSN: 2675-9174. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4815/3933>. Acessado em 21 dez de 2023

HILLESHEIM, A. I. A.; FACHIN, G. R. B. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 64-79, 1999.

LANZI, L. A. C.; VIDOTTI, S. A. B. G.; FERNEDA, E. **A biblioteca escolar e a geração nativos digitais**: construindo novas relações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579834677. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/109286>. Acesso em: 24 nov. 2023.

LAW M, Philp I. **Systematically reviewing the evidence**. In: Law M. Evidence-based rehabilitation: a guide to practice. Thorofare (NJ): SLACK Inc; 2002.

- MACEDO, N. D. (Org.). **Biblioteca escolar brasileira em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: SENAC, Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região, 2005.
- MANIFESTO IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Paris: **UNESCO**, 2000.
Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf> Acesso em: 17 nov. 2023.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MATEUS, A. N. B. do. et al. A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, n. 1, v. 5, p. 54- 69, 2013. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/8477>. Acesso em: 21 dez. 2023.
- MELLO, A.M. S. R. de. **Autismo**: guia prático. 7.ed. São Paulo: AMA, 2007.
- MIGUEL, M. C.; CARVALHO, S. M. S. de. O bibliotecário em pauta na prática de contar histórias: uma atividade educativa incentivada nas bibliotecas escolares da grande vitória, espírito santo, brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 17-41, 21 jun. 2021. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2021.181532>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- MORAES, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006
- MOREIRA, S. S. Na rede pública, bibliotecas escolares não funcionam corretamente. **Educação**, 2022. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2022/10/21/bibliotecas-escolares-nao-funcionam-corretamente/>. Acesso em: 22 dez. 2023.
- NASCIMENTO, F. J. do; NASCIMENTO, R. de C. do; LIMA, M. S. L. O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO PRINCÍPIO ORIENTADOR DAS PRÁTICAS ESCOLARES: THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT AS A GUIDING PRINCIPLE FOR SCHOOL PRACTICES. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.2359-7003.2020v29n2.52963. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/52963>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- NUNES, M. S. C. **Mediação da informação em bibliotecas universitárias brasileiras e francesas**. 2015. 219f. Tese (Doutorado em Ciência da informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- OLIVEIRA, A. L. C. S. **Inclusão**: direito de todos. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p.43-47, out. 2007/mar. 2008. Disponível em:
<https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000022517/64a6aad978e8956a7f6f4bfcca800852/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

OLIVEIRA, F. L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SALA, F.; MILITÃO, S. C. N. Biblioteca escolar no Brasil: Origem e Legislação Nacional Educacional. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), XIII., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: [s. n.], 2017. Tema: História da Educação, p. 4669-4685. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24341_12048.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

SAMPAIO, R. K. O.; FARIAS, G. B. de. Biblioteca escolar inclusiva: Análise acerca do transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. e020007, 2020. DOI: 10.36311/1940-1640.2020.v14n3.10302. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/10302>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, H. A dos. Projeto Político Pedagógico: Uma análise da participação da comunidade escolar na sua construção. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 8, pág. e53411831468, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i8.31468. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31468>. Acesso em: 23 dez. 2023.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N. A inclusão dos usuários com transtorno de espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar. **Revista ACB: Associação Catarinense de Bibliotecários**, v. 23, n. 1, p. 92-106, 2018. Disponível em <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1413> Acesso em 04 out. 2023.

SASSAKI, R. K. (2006). **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos** (7a ed.). Rio de Janeiro: WVA.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SCHMIDT, C. Autismo, educação e transdisciplinaridade. In: SCHMIDT, C (org.) **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SEMENSATO, M. R.; BOSA, C. A. A família das crianças com autismo: contribuições empíricas e clínicas. In: SCHMIDT, Carlo (Org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade** [livro eletrônico]. Campinas, SP: Papirus, 2014. (Série educação especial).

SILVA, C. C. M. de. **A INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: vantagens para o processo de ensino aprendizagem nas crianças da educação infantil e anos iniciais**. 2022. 19 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade Acadêmica de Educação A Distância e Tecnologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Pernambuco, 2022. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3840/1/tcc_art_cleisilvaniacristinedemor aessilva.pdf. Acesso em: 22 dez. 2023.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932009000100010>. Acesso em: 21 dez 2023.

SOBEL, Y. **4 estratégias para favorecer a acessibilidade cognitiva para pessoas com Autismo**. 2018. Yanne Sobel. Disponível em: <https://www.reab.me/4-estrategias-para-favorecer-a-acessibilidade-cognitiva-para-pessoas-com-autismo/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

STUMPF, I. R. C. Funções da biblioteca escolar. **Cadernos do CED**, Florianópolis, v. 4, n. 10, p. 67- 80, jul./dez. 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Diretoria de Acessibilidade – DACES**. [São Luís]: UFMA, 2021. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/proen/daces> Acesso em 13 dez. 2023.

VERCELLI, L. C. A de; TERÇARIOL, A. A. L. de. Educação Infantil: políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores. Editorial. **Dialogia**, São Paulo, n. 43, p. 1-4, e24371.jan. /abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/43.2023.24371>. Acesso em 23 dez. 2023.